

Partidos e eleições no Mato Grosso do Sul

Tiago Alexandre Leme Barbosa e Marcos Antonio da Silva

Resumo

O presente estudo busca compreender o desempenho eleitoral dos partidos políticos no estado de Mato Grosso do Sul, a partir da primeira eleição do estado, em 1978, até as eleições de 2010. Para tanto, foram consultados os dados eleitorais produzidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Percebemos que o sistema partidário do estado foi estruturado nos seus primeiros anos em torno de dois partidos, PDS e PMDB. O destaque aqui é a superioridade do partido governista sobre o partido da oposição. Assim como no restante do país, ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, a competição eleitoral induziu uma lógica multipartidária, com a predominância de partidos de centro (PMDB e PSDB), centro-direita (PTB) e direita (PFL). A centro-esquerda (PDT, PT, PPS) só viria a ganhar destaque a partir da década de 2000, o que pode ser explicado pela conquista do Governo do Estado, em 1998, e da Presidência da República, em 2002. Com a pesquisa percebemos que os governadores e a Presidência da República influenciam nos resultados eleitorais para os pleitos municipais, o que não é um fenômeno circunscrito ao estado do Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: partidos políticos; desempenho eleitoral; sistema partidário; Mato Grosso do Sul; relativa estabilidade.

Abstract

The present study aims to understand the electoral performance of political parties in the state of Mato Grosso do Sul, from the first state election, 1978, until the last elections in 2010. Thus, we consulted the electoral data produced by the Regional Electoral Court of Mato Grosso do Sul (MS-TRE) and the Superior Electoral Court (TSE). Through research, we realized that the state party system was structured in its early years around two parties, PDS and PMDB. The highlight here is the superiority of the ruling on the opposition party. As in the rest of the country, in the late 1980s and early 1990s, electoral competition began to break up and move towards multi-party logic, with the predominance of center parties (PMDB and PSDB), center-right (PTB) and right (PFL). The center-left (PDT, PT, PPS) would only gain prominence from the 2000s, which can be explained by the conquest of the State Government in 1998, and the Presidency in 2002. With the research we realized that have a influence from

Sobre os autores:

Tiago Alexandre Leme Barbosa (tiagoalexandrel@gmail.com) é Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Marcos Antonio da Silva é Doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

governors and presidency, in the election results for the municipal elections, which is not a phenomenon limited to the state.

Keywords: political parties; electoral performance; the party system; Mato Grosso do Sul; relative stability.

Artigo recebido em 19 de março de 2012; aceito para publicação em 10 de maio de 2012.

Introdução

Neste artigo, busca-se analisar o desempenho eleitoral dos partidos políticos no Estado do Mato Grosso do Sul, no período que compreende a sua formação (1977) até o último pleito de 2010. Para tanto, foram consultados os dados eleitorais produzidos pelo Tribunal Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A pesquisa buscou combinar as metodologias qualitativas e quantitativas.

Na primeira década de 1980, a lógica da competição eleitoral é marcada pelo formato bipartidário contando com o partido governista Arena (depois PDS) MDB (depois PMDB). O interessante dos primeiros resultados eleitorais é a predominância do partido governista sobre a oposição consentida.

Já no final da década de 1980 e início de 1990, novos partidos entram em cena e seguindo aquilo que acontecia no restante da federação, o sistema partidário do estado começa a fragmentar-se e a caminhar para a lógica multipartidária, mas com a predominância do PMDB, PTB e PFL.

Na década de 1990, a competição segue a lógica multipartidária, e nesse mesmo período fica evidente a influência que a conquista da Presidência da República tem no desempenho eleitoral do partido do presidente. Além disso, percebe-se também nesse período o peso que os governadores têm sobre os resultados eleitorais.

Por último, terminamos a análise na década de 2000, onde se destaca a maior conquista de cadeiras por parte dos partidos com orientações de centro e centro-esquerda, como o PDT, PT e PPS.

O artigo foi estruturando tendo na primeira parte uma apresentação teórica dos conceitos que nortearam a análise. Nesse momento são apresentados os conceitos de partido político, sistema partidário e relativa estabilidade. A seguir, apresenta-se brevemente as elites políticas e agrárias do estado.

Por último, a análise dos dados eleitorais das eleições e o desempenho eleitoral do estado são apresentados e analisados. A divisão dos dados seguiu a lógica, resultados municipais e dos governadores e depois a representação para o Congresso Nacional e Assembléia Legislativa.

Os partidos políticos

O primeiro conceito que norteou a pesquisa foi a concepção de partido político. Como se sabe, a discussão é antiga e consagrada da literatura política clássica e contemporânea.

Não se buscou analisar os partidos políticos do seu ponto de vista organizacional, por isso a abordagem clássica de Duverger (1980) sobre a ori-

gem e formação dos partidos de quadro e massa, não foi utilizada.

Por tratar-se de uma análise que busca entender o desempenho eleitoral dos partidos, utilizamos a abordagem formulada por Sartori, resumida da seguinte forma: “Um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos” (SARTORI, 1982, p. 85).

A concepção do autor, como ele mesmo o reconhece, é minimalista, mas mesmo assim cumpre com a função de separar os partidos políticos das outras organizações políticas como Organizações Não-Governamentais (ONGs), movimentos sociais, sindicatos etc.

A dimensão apontada por Sartori (*idem*) é depois explorada por Mair (1994). Este destaca o papel dos partidos políticos nas eleições e aponta que as agremiações atuam em três esferas, sendo elas: “party in the public office”, “party on the ground” e “party in the central office”.

O último ponto sobre os partidos políticos diz respeito às suas localizações no espectro ideológico. Utilizaremos na análise a classificação utilizada por, Meneguello (1998), Mainwaring (2000), Fleicher (2007), entre outros.

Sistema partidário

A noção de sistema partidário onde existe um maior consenso foi formulada por Giovanni Sartori. Seu famoso livro, *Partidos políticos e sistema partidários* (SARTORI, 1982), colocou “ordem no labirinto partidário”. Conforme o Cientista Político, são sete as formas possíveis de sistema partidário: “1. Partido Único, 2. Partido Hegemônico, 3. Partido Predominante, 4. Dois Partidos, 5. Pluralismo limitado, 6. Pluralismo extremado, 7. Atomizada” (*idem*, p. 150). Essa tipologia foi formulada levando em consideração duas variáveis: o número de partidos e a ideologia.

Das várias tipologias formuladas pelo autor, o caso brasileiro encaixa-se no pluralismo moderado por ser: “(i) uma distância ideológica relativamente pequena entre seus partidos relevantes” (*ibidem*), é um consenso a idéia de que os partidos caminham para o centro do espectro ideológico, e assim diminuem-se as diferenças ideológicas. Sobre “(ii) uma configuração de coalizão bipolar”, os pleitos presidenciais no Brasil são hoje polarizados pelo PT e PSDB. Já a “(iii) competição centrípeta” representa a tendência a posturas de centro, o que reflete no melhor desempenho dos partidos que estão no centro do espectro ideológico, como por exemplo, o PMDB. Como Lamounier e Meneguello destacavam, “existe um centro poderoso, em princípio apto para evitar uma polarização como a que ocorreu após a Revolução de 1930 entre comunistas e integralistas” (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986, p. 86).

Sem querer esgotar aqui a contribuição de Sartori, é importante destacar que a sua obra sofreu algumas críticas de outros autores, principalmente de Scott Mainwaring. Para ele, a noção sartoriana, peca ao pensar os sistemas partidários em termos de institucionalizados ou não. Dessa forma, Mainwaring (2001), propõe a noção de institucionalização, pois assim se passaria a pensar a formação dos sistemas partidários como um processo contínuo.

Para o autor, a institucionalização gira em torno de quatro pontos, sendo eles: “1) mais estabilidade na competição eleitoral; 2) partidos mais enraizados na sociedade; 3) legitimidade dos partidos políticos perante os atores sociais; 4)

organizações partidárias independentes de líderes” (MAINWARING & TORCAL, 2005, p. 254-245).

A discussão em torno da institucionalização do sistema partidário do Estado não será utilizada no presente trabalho. O que utilizaremos será o conceito de “relativa estabilidade” formulado por Melo (2006).

Conforme o autor, a idéia de relativa estabilidade diz respeito aos resultados eleitorais do país após a abertura democrática. Melo (*idem*), aponta que PTB, PMDB, PT, PDT, PFL, PSDB e PP, conquistaram mais de 80% das cadeiras disputadas nos pleitos posteriores a 1985, o que significa que mesmo que se argumente que o sistema partidário brasileiro seja “fluído”, ele mantém-se estável.

O Mato Grosso do Sul: Elites políticas e agrárias

Por ser objetivo do trabalho analisar o desempenho eleitoral dos partidos políticos no estado de Mato Grosso do Sul, destacamos aqui alguns fatos que auxiliam na compreensão das primeiras décadas de competição eleitoral. Faremos assim uma breve apresentação de algumas lideranças políticas e de alguns membros da elite agrária e suas relações com as eleições no estado.

A primeira constatação é que o Mato Grosso do Sul é marcado pela forte presença de figuras históricas do antigo Mato Grosso, como por exemplo, Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins. Conforme Menegat (2009, p. 44): “Durante algumas décadas a sociedade sul-mato-grossense assistiu a um casamento bem-arranjado, uma espécie de dobradinha entre as grandes oligarquias, que controlavam não só as extensas áreas destinadas à criação de gado, mas também o poder político no estado. Na década de 1980, estabeleceu-se uma disputa entre Pedro Pedrossian (PTB), que contara com o prestígio de Filinto Müller (PSD), que o apoiara quando de sua eleição como governador de Mato Grosso em 1965, e Wilson Barbosa Martins (PMDB), correligionário de Fernando Corrêa da Costa (UDN). Segundo Bittar (1997), na história de Mato Grosso, mais especificamente no período de 1946 a 1964, os grandes chefes políticos do estado eram Filinto Müller e Fernando Corrêa da Costa” (MENEGAT, 2009, p. 44).

A colação da autora é importante por se destacar que o Mato Grosso do Sul nasce com a presença de antigos líderes do Mato Grosso. Destacamos aqui dois grupos fundamentais para a dinâmica eleitoral e mesmo para a produção do estado. O primeiro, a elite rural, não só é uma parte da formação do estado, como também foi marcante para as eleições, seja concorrendo a cargos públicos por meio de eleições, seja ocupando cargos nos governos estaduais.

Sobre o papel político desempenhado pelas elites agrárias, Bittar argumenta sobre a origem da mesma, qual seja: “A classe dos grandes proprietários de terra sul-mato-grossenses originou-se do processo de ocupação do sul de Mato Grosso, a partir, basicamente, das três primeiras décadas do século XIX. O movimento que deu início a essa povoação consistiu de três núcleos distintos: a) o que partiu de Minas Gerais e São Paulo por volta de 1830, liderado pelos Lopes, Garcia e Barbosa, fixando-se em Santana do Paranaíba e campos de Vacaria. Essa leva faz parte daqueles que alguns chamam de pioneiros ou ‘entrantes’; b) o que partiu do Sul após 1840, fixando-se na região de Ponta Porã e avolumando-se no início da era republicana; c) o que se deslocou do próprio Mato Grosso deixando o centro-norte em direção ao sul do estado de 1834 (Alves Ribeiro,

Albuquerque, Rondon, Costa Lima, Barros e outras). Essa leva preferiu o Pantanal e afazendou-se na região de Miranda” (BITTAR, 2009, p. 57-58).

Percebemos com a análise que o poder econômico provindo da grande propriedade rural é um dos traços característicos do estado do Mato Grosso do Sul e que “foi da classe dos grandes proprietários rurais do sul de Mato Grosso que se originou uma elite política que, mais tarde, dirigiria o novo estado de Mato Grosso do Sul” (*idem*, p. 58-59).

Após mostrar a origem da elite agrária, bem como mostrar a relação entre o poder econômico provindo da posse das grandes propriedades rurais, é importante apresentar as famílias, que, conforme Bittar (*idem*), pertencem ao grupo dos grandes proprietários, sendo elas: Coelho Machado, Alves Ribeiro, José Fragelli e Lúdio Martins Coelho.

Paulo Coelho Machado¹, personalidade relacionada à divisão do estado, foi também Secretário da Agricultura no governo José Fragelli (1971-1975) e Chefe da Casa Civil do primeiro governo sul-mato-grossense (1979).

Já sobre a família Alves Ribeiro, Bittar aponta: “Descendente de grande proprietário rural Alves Ribeiro, conhecido por coronel Tico Ribeiro, que exerceu duas vezes o cargo de prefeito de Aquidauana. Os mais ilustres, contudo, foram seu cunhado Fernando Corrêa da Costa, filho do ex-presidente de Mato Grosso Pedro Celestino, eleito duas vezes governador de Mato Grosso (1950 e 1960), e o genro José Fragelli, que exerceu mandatos de Deputado Estadual e federal. No ano da morte do coronel, Zelito, em 1970, Fragelli foi nomeado governador de Mato Grosso, vindo a exercer, depois, na década de 1980, os cargos de senador, presidente do Senado Federal e presidente interino da República” (*idem*, p. 70-71).

Vê-se com a autora que a família Alves Ribeiro alcançou cargos importantes dentro da cidade de Aquidauana, uma das maiores cidades do estado. Além disso, vemos que a própria família teria relações com outra figura importante do estado, o ex-governador: “José Manoel Fontanillas Fragelli, ou simplesmente José Fragelli, uma das expressões políticas mais importantes da vida pública mato-grossense, conforme citamos, vincula-se, por laços matrimoniais, à família Alves Ribeiro que, por sua vez, se ligou à Corrêa da Costa. A esposa de José Fragelli é neta de Pedro Celestino, filha do coronel Zelito e sobrinha de Fernando Corrêa da Costa, principal líder da UDN nos anos de 1950 em Mato Grosso. Desse modo, o ex-Governador José Fragelli, descendente de imigrantes italianos, vinculou-se a duas das mais importantes famílias que compõem a elite agrária sul-mato-grossense” (*idem*, p. 72).

A figura do ex-Governador é significativa no estado. O mesmo tornar-se-ia membro da Arena e seria uma das principais oposições dentro do partido governista contra Pedro Pedrossian, político que logo apresentaremos. A outra família que merece destaque é a de Lúdio Martins Coelho. Conforme Bittar: “A família de Lúdio Martins Coelho foi, por muito tempo, a própria expressão da grande propriedade rural em Mato Grosso do Sul. Ela também se destacou na política: Italívio Coelho, como senador (ARENA) e depois o irmão Lúdio Martins Coelho, também exerceu o mesmo cargo (Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB), além de ter sido prefeito de Campo Grande. Provavelmente um dos políticos mais personificados com o latifúndio, no Senado era conhecido como “o rei do gado” e, certa vez, interpelado por uma repórter, que lhe perguntou: ‘Senador, dizem que o senhor é o dono de Mato Grosso do Sul?!’, respondeu no

seu peculiar estilo brincalhão? ‘Não minha filha! Só da metade’” (*idem*, p. 83).

Conforme aponta a autora, percebe-se que os grandes proprietários rurais são figuras marcantes na vida política do Mato Grosso do Sul, ocupando vários cargos importantes no estado, como os cargos de governador e a representação no Congresso Nacional, além de cidades importantes como é o caso da prefeitura de Campo Grande.

Com os apontamentos da autora, fica evidente o papel das famílias de grandes produtores rurais na vida política do estado. Isso sugere até mesmo um traço de personalismo na política do estado, o que nos lembra a literatura clássica, como Leal (1997). O autor mostrava-nos que o personalismo era um dos traços das políticas dos coronéis. E no caso específico de Mato Grosso do Sul, é um dos traços constituintes da formação do estado e até mesmo das eleições que eram disputadas no começo do século, conforme apontam Corrêa (1995) e Neves (1988). A relação dessa tendência ao personalismo na política tem relação direta com os partidos, uma vez que o país, segundo Lamounier e Meneguello (1986), possui uma tradição de subdesenvolvimento partidário.

Mas os dois principais grupos que ocuparam a vida política do estado nos seus primeiros anos foram Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins. Sobre a importância de ambas as figuras política, no mesmo raciocínio de Bittar (2009), Menegat argumenta que “com a divisão política, em 1977, sendo criadas duas unidades políticas, a sociedade sul-mato-grossense assistiu à continuidade do domínio pelos grandes chefes políticos, agora representados pelos herdeiros Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins, reeditando a antiga rivalidade e mostrando que o estado não surgia com um modelo novo, não estando totalmente ‘apartado do norte’, continuando a hegemonia estabelecida no pós-64” (MENEGAT, 2009, p. 45).

O primeiro deles, Pedro Pedrossian é, segundo Bittar (2009), um dos poucos políticos expressivos que não pertenciam à elite agrária. Interessante notar que o lema do ex-Governador era “o tostão contra o milhão”. Engenheiro de formação, Pedro Pedrossian, teria tido como “padrinho político” Filinto Muller² (PSD), político influente no Mato Grosso. Pedrossian assumiu o governo do estado em 1980 por indicação do governo federal.

Já Wilson Barbosa Martins é de uma família de grandes produtores rurais. Além da posse das grandes propriedades, a família Barbosa Martins caracteriza-se por fortes nomes na política, desde Vespasiano Martins, tio-avô do ex-Governador, político que lutou pela separação do “sul” do “norte” de Mato Grosso, chegando a integrar a chamada Liga-Sul-Matogrossense, movimento de luta pelo desmembramento do sul. Além dessa figura emblemática, a família Barbosa Martins contou ainda com Plínio Barbosa Martins, político que ocupou os cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual, e segundo se conta era para ter sido o nome a ocupar o poder Executivo estadual em 1982³. É importante destacar também que Wilson Barbosa Martins é um dos membros fundadores do partido de oposição ao regime militar, o MDB.

Os resultados eleitorais

Buscou-se, na análise, relacionar o desempenho eleitoral dos partidos com os resultados para Governador para a Presidência da República. Dessa forma, na análise, ora se destaca a importância dos governadores, ora a figura da Presi-

dência. A análise está separada em décadas, sendo que essa divisão deve-se em razão das próprias alterações no sistema partidário e na conjuntura nacional.

Desde a fundação do estado, em 1977, até a última eleição para Governador, o estado de Mato Grosso do Sul conheceu oito governadores. Os três primeiros governadores do estado não podem ser contabilizados na análise, uma vez que foram indicados pelos presidentes da República, Ernesto Geisel (indicou Harry Amorim, em 1979) e Figueiredo (indicou Marcelo Miranda, em 1979-1980, e Pedro Pedrossian, em 1980-1982).

Década de 1980: do bipartidarismo ao multipartidarismo

A experiência nacional nos anos 1980 foi marcada pelo abandono do bipartidarismo. Mesmo com a criação de vários partidos no início da década, a competição eleitoral só se tornou multipartidária ao seu final. O caso do Mato Grosso do Sul não foi diferente.

A rigor, as primeiras eleições do estado foram realizadas em 1978, para os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador. Elas serão analisadas em outro momento; todos esses cargos serão apresentados após a análise dos pleitos municipais e separadas por décadas.

No ano de 1982, o estado elegeu diretamente o seu primeiro Governador, Wilson Barbosa Martins (PMDB), além de 49 prefeitos e 590 vereadores. Foi a primeira vez que ocorreram eleições diretas para o cargo de Governador e nos municípios. A competição ainda era bipartidária, em parte por causa da legislação partidária Lamounier e Meneguello (1986). Observando os resultados da década de 1980 no estado, fica evidente o bipartidarismo no começo do estado e o multipartidarismo no final da década:

Tabela 1. Governadores e municípios na década de 1980

	1982			1985	1986	1988	
	Governo	Prefeito	Vereador	Prefeito	Governo	Prefeito	Vereador
PMDB	1	18	261	14	1	26	289
PDS		31	328				9
PFL				2		18	192
PTB						22	169
PDT			1			2	31
PL						2	3
PSDB						1	5
PT						1	4
PCB							1
PDC							1
Total	1	49	590	16	1	72	704

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010).

Observa-se na Tabela 1 que as eleições de 1982 e 1985 são marcadas ainda pela lógica do sistema bipartidário, de um lado PMDB e, de outro, o PDS, sendo que este conseguiu uma representação maior do que aquele: 31 prefeitos contra 18 e 329 vereadores contra 261 do PMDB. A vitória do PDS sobre o PMDB é

um ato que merece destaque, uma vez que em vários estados do país o partido de oposição conquistava cada vez mais votos e ameaçava o partido governista, chegando ao ponto de, em 1979, o governo militar a modificar a legislação eleitoral pondo fim ao bipartidarismo e dividindo a oposição, como apontado por Melo (2006) e Bohn e Paiva (2009).

Observando os resultados eleitorais da Tabela 1, percebe-se as alterações que se processaram no sistema partidário ao longo da década. Vemos como o partido governista mantém-se à frente da competição, elegendo 31 prefeituras contra as 18 do partido oposicionista⁴.

Já nas eleições de 1985, o grande vitorioso foi o PMDB, elegendo 14 prefeitos das 16 cadeiras disputadas, em cidades importantes, como a já mencionada capital do estado. O que pode ter impulsionado o bom desempenho do partido nesse pleito foi a vitória do governo do estado, com Wilson Barbosa Martins, em 1982.

O destaque é, também, o começo do declínio do PDS, que não consegue eleger nenhum Prefeito nessas eleições e que verá sua representação nas câmaras municipais reduzidas. Além dessas observações, vemos que o PFL (hoje DEM), conquista as suas primeiras prefeituras, nas cidades Porto Murtinho e Três Lagoas. O destaque dessas duas prefeituras é a de Três Lagoas, a cidade apresentava a terceira maior zona eleitoral desse pleito, com 25 073 eleitores (TRE-MS *apud* BARBOSA, 2011).

Percebe-se que até as eleições de 1985 ainda predomina a lógica bipartidária da competição eleitoral representada pelo PDS e PMDB. Mesmo que nessas eleições o PDS comece a perder cadeiras, é nas eleições de 1988 que o sistema partidário do estado começa a firmar-se em partidos diferentes do período anterior ao último pleito municipal da década de 1980.

Em 1986, é eleito o Governador Marcelo Miranda. A eleição de 1986 causa impacto no pleito 1988. Olhando a Tabela 1, percebe-se que nesse pleito o PMDB sai vitorioso, elegendo o maior número de prefeituras, 26, seguido do PTB, com 22, e do PFL, com 18. Os três partidos são seguidos de outros com menor representação no poder Executivo municipal, sendo eles: PDT e PL com dois prefeitos eleitos, e PSDB e PT com um eleito cada. É a primeira vez que esses partidos vencem nas prefeituras. Esses resultados evidenciam as alterações que se processavam no sistema partidário do estado.

Nas câmaras municipais, a maioria dos três partidos se repete, ficando o PMDB com 289 vereadores, PFL com 192 e PTB com 169. Os três são acompanhados de outros partidos com representação menor, sendo o PDS com nove, PL com três, PSDB com cinco, PT com quatro, PCB e PDC com um cada e por último o PDT, que consegue um razoável desempenho elegendo 31 vereadores. Fica evidente o início da fragmentação. Aqui, PDS e PMDB passam a dividir as representações nos municípios com outros partidos, como o PSDB, PDC, PCB, entre outros.

Percebemos que nessas eleições destacaram-se três partidos, PMDB, PFL e PTB, conquistando juntos 92% dos cargos executivos, sendo acompanhado de quatro partidos com uma representação de 8%.

Observamos que o número de partidos que conseguiu representação nas casas municipais saiu de dois para dez. Se as primeiras eleições foram marcadas pelo bipartidarismo PDS-PMDB, agora o sistema caminha para a fragmentação, com 10 partidos com representação na câmara e com três partidos, PFL,

PMDB e PTB, mantendo novamente 92% das cadeiras, o que aponta para uma “relativa estabilidade”.

As observações feitas sobre o período são semelhantes às encontradas nos trabalhos sobre o sistema partidário nacional, como os de Fleicher (2006)⁵ e Melo (2006). Todos esses autores trabalham com a idéia de que o sistema partidário do período 1985-1990 foi estruturado em dois partidos, PMDB e PDS, que é o encontrado no estado de Mato Grosso do Sul. O que pode ser apontado como diferença entre o estado e o que acontece na federação é o desempenho do PTB que, como vimos, a partir de 1988 passa a disputar com PMDB e PFL a maioria nos municípios. O desempenho do PTB pode ser explicado pelo fato do partido ter em seus quadros um dos mais importantes líderes políticos da política sul mato-grossense, Pedro Pedrossian.

A representação para o Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa seguiu o mesmo caminho dos pleitos municipais, e do bipartidarismo caminhou para o multipartidarismo. Como se pode observar na Tabela 2:

Tabela 2. Congresso nacional e assembleia legislativa

	1978			1982			1986		
	Senado	Dep. Fed.	Dep. Est.	Senado	Dep. Fed.	Dep. Est.	Senado	Dep. Fed.	Dep. Est.
MDB									
-PMDB	2	2	4	1	4	12	2	4	12
Arena									
-PDS	2	4	11		4	12			1
PFL								3	5
PTB								1	6
Total	4	6	18	1	8	24	2	8	24

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010).

Fica evidente com os dados acima a superioridade da Arena em relação ao MDB, dominando 67 % da representação na Câmara Federal e 73% da Assembléia Legislativa. Mas, em 1982, o PDS e PMDB, passam a dividir por igual a representação na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa. A divisão ao meio das cadeiras é um fato importante, pois mostra que o partido de oposição começava a ganhar mais força nas urnas. O Senado no mesmo ano ficou com o PMDB, representado por Marcelo Miranda, ex-arenista.

Já em 1986 constata-se o começo da experiência multipartidária. Fica evidente a presença de outros partidos, tanto no cargo de Deputado Estadual como no de Deputado Federal. Vemos na Tabela 2 que os partidos que aparecem são o PFL e o PTB. A incorporação de PFL e PTB às casas sinaliza para as mudanças que se processavam no sistema partidário, tanto federal (FLEICHER, 2006; MELO, 2006) como no estadual, como vimos no capítulo anterior. Já o Senado ficou com Saldanha Derzi e Wilson Barbosa Martins, ambos do PMDB.

Observando a representação para a Casa, constatamos a mesma tendência dos municípios, com o que chamamos de “tripé” PMDB, PTB, e PFL, o que confirma novamente a tendência de centro e centro-direita.

Década de 1990: velhas elites e o começo da mudança

A década de 1990 se inicia com o aumento do número de partidos e o consequente aumento na fragmentação das representações no Congresso e municípios. A recém eleição de Collor, em 1989, e o seu impeachment, em 1992, mostram que o início da década foi turbulento, e até mesmo o sistema partidário é considerado como um pluralismo extremado (FLEISCHER, 2006).

Nas eleições dos anos 1990, o desempenho dos partidos políticos começa a se alterar e o próprio sistema partidário do estado começa a ganhar mais contornos de um sistema de multipartidário, pois se percebe o aumento do número de partidos com representação nas casas municipais. Os dados eleitorais do período ficaram da seguinte maneira:

Tabela 3. Eleições para governos estaduais, prefeituras e vereadores na década de 1990

	1990	1992		1994	1996		1998
	Gov.	Pref.	Ver.	Gov.	Pref.	Ver.	Gov.
PTB	1	20	183		7	85	
PFL		12	122		11	93	
PMDB		19	185	1	28	233	
PRN		1	16				
PST		6	94				
PDT		5	54		5	51	
PSDB		2	30		19	194	
PT			7		3	25	1
PDS		8	39				
PDC		2	11				
PL		2	29			30	
PSC			1			3	
PTR			5				
PMN			1			1	
PPB					3	52	
PV					1	6	
PGT						1	
PPS						3	
PSB						5	
PSD						3	
Total	1	77	777	1	77	785	1

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010).

A primeira diferença que pode ser destacada no desempenho dessa década com relação ao da década de 1980 é a troca de governos estaduais. Nessa década, o estado conheceu o seu primeiro governo de centro-esquerda com Zeca do PT, eleito em 1998. Alguns partidos conseguem aumentar a representação nos municípios e as velhas elites da política matogrossense conquistam novamente o governo do estado com Pedro Pedrossian, em 1990, e Marcelo Miranda, em 1994. O papel dos governadores, da Presidência da República, dentre outras coisas, servem como recursos para a competição eleitoral, como apontam Cervi

e Codato: “Note-se que o controle do governo por determinada agremiação o que constitui, de resto, a base para a distribuição de empregos (“cargos”) e recursos públicos em troca de apoio político tende a contribuir decisivamente para a institucionalização partidária, seja no âmbito eleitoral, seja no âmbito organizacional. Partidos que contam com o Presidente, ou com o Governador, ou com um número respeitável de Prefeitos, tendem a avançar eleitoralmente e estruturar-se materialmente, crescendo em importância junto à elite política” (CERVI & CODATO, 2006, p. 248).

Isso é fundamental, uma vez que o mesmo raciocínio pode ser aplicado ao estado do Mato Grosso do Sul. Como veremos, os governadores e presidentes tiveram impacto sobre o desempenho eleitoral dos partidos nas eleições municipais, o que pode sugerir que a aquisição de recursos acessando o governo, seja ele federal ou estadual, faz com que os partidos governistas tenham um melhor desempenho eleitoral. Meneguello (1998) mostra que os partidos que ocupam ministérios conseguem estruturar-se e ter um desempenho eleitoral melhor. Isso pode ser uma explicação para o desempenho do PMDB no estado.

O primeiro Governador eleito, Pedrossian (PTB), aumenta a representação de seu partido no estado. Mesmo sendo um avanço singelo, as eleições municipais de 1992 mostram que o partido governista conquista 183 vereadores, enquanto em 1988 o partido elegia 169. Por outro lado, a já mencionada fragmentação do sistema partidário do estado fica mais nítida a partir desse pleito.

A partir da Tabela 3, observa-se que a mesma liderança das eleições passadas, PTB, PFL e PMDB, repete-se nos poderes executivos municipais, representando 66% das cadeiras. Dos partidos com menor representação, como o PRN, que elege seu único Prefeito no estado; PDC e PL elegem dois prefeitos cada; PDT e PSDB conseguem dobrar a sua representação, este passa a ter dois e aquele passa de dois para cinco eleitos. Outro destaque é o PST, que vence em seis prefeituras e, destas, duas são em cidades importantes, Três Lagoas e Corumbá. Nessas eleições, também o PDS consegue eleger oito prefeitos.

Em 1994, volta ao governo estadual Wilson Barbosa Martins (PMDB). Além da vitória do PMDB no estado, chama atenção no ano a conquista da Presidência da República pelo PSDB, com Fernando Henrique Cardoso (FHC). A vitória de FHC e de Wilson Barbosa Martins (PMDB) impactaram no sistema partidário do estado, como veremos.

Salta aos olhos o já mencionado desempenho do PSDB em 1996. O partido sai de dois prefeitos na última eleição para 19 (25% do total) nessa, o que pode ser explicado pela eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso e o sucesso dos seus primeiros anos de governo.

Outro dado relevante é o desempenho do PMDB. O partido elege 28 (36% do total) prefeitos nessas eleições, e ganha em cidades importantes do estado como Dourados, Três Lagoas e Campo Grande – nessas duas últimas o partido tornou-se hegemônico, vencendo todas as prefeituras disputadas até o presente estudo. O desempenho do partido pode ser explicado pela sua vitória no governo do estado. O que parece mostrar que o peso dos governadores é maior sobre o sistema partidário do estado.

Também chama atenção nesses resultados o desempenho do PT. O partido elege três prefeitos (4%), enquanto na eleição anterior não havia eleito nenhum⁶. Ainda na centro-esquerda, o PDT mantém a sua representação de cinco eleitos (7%) e vence em Corumbá. Outro aspecto importante dessa eleição é a vitória

do PV e do PPB. Os dois partidos conquistam prefeituras, uma aquele e três este, representando juntos 5% do total.

O número de partidos com representação passa de dez, em 1988, para 14 nas eleições de 1992. Mesmo que se tenha aumentado o número de partidos nas câmaras municipais, os principais partidos do último pleito, PTB, PFL e PMDB, ainda possuem a maioria das cadeiras nesse ano, somando juntos 63% da representação. Chama atenção nessas eleições o PRN, partido do então Presidente da República, Fernando Collor, que consegue eleger 16 vereadores e conquista a prefeitura de Dourados, a segunda maior cidade do estado, com Humberto Teixeira. Esse desempenho do partido do “caçador de marajás” sugere a relação que existe entre o sistema partidário nacional e o estadual. Veremos mais adiante como o desempenho dos partidos que ocupam a Presidência da República influenciaram o resultado das eleições no Mato Grosso do Sul.

Os outros destaques dessa eleição são: PST, que consegue eleger 94 vereadores (12%); PSDB, que sai de cinco para 30 vereadores eleitos (4%); o PL salta de três para 29 eleitos (4%) e o PDC passa de um para 11 (1%) cadeiras nessas eleições. Além do desempenho dos partidos mencionados, o pleito de 1992 marca a despedida do PDS, que sai da condição de polarizador da disputa eleitoral na década de 1980 para eleger 39 (5%) vereadores nas primeiras eleições municipais de 1990.

Também nas câmaras municipais, a fragmentação pode ser percebida no desempenho de partidos como o PMN e PSC, conseguindo eleger um vereador cada. O PTR elege cinco vereadores. Já o PT tem sua representação quase dobrada, passando de quatro para sete vereadores eleitos, e o PDT passa de 31 para 54 eleitos. Todos esses partidos somam, juntos, 9% das cadeiras nos municípios. Isto é interessante, uma vez que mostra que cinco partidos juntos não conseguem ter a mesma representação de um partido, por exemplo, o PFL, que elegeu 16% do total de cadeiras.

Vimos que até as eleições de 1992, o PTB, PFL e PMDB eram os principais partidos do estado. Essa situação começa a se alterar, pois observando o gráfico, já se percebe que houve um realinhamento no sistema partidário. A primeira evidência é o desempenho do PSDB que, comparando com a eleição anterior, tem a sua bancada aumentada quase em seis vezes, passando de 30 vereadores em 1990 para 194, ou seja, 25% dos assentos nessa eleição.

Outros fatos chamam a atenção nesse pleito. Primeiro, ocorrem alterações no tripé PTB, PFL e PMDB. PFL e PTB têm suas representações diminuídas. O PFL reduz sua bancada de 122 para 93 vereadores, ou seja, 12% do total, mas ainda mantém o número de semelhante de prefeituras: dez em 1992 e 11 em 1996. Já o PTB tem a maior perda dos três partidos, reduzindo pela metade o número de vereadores: de 183 ele passa a ter 85 eleitos, 11% do total de cadeiras disputadas.

O declínio do PTB pode ser explicado pela falta do seu líder no governo do estado. O partido, em praticamente todas as eleições que disputou, dependeu do seu líder. Como veremos, após a saída de Pedro Pedrossian da vida política, o PTB verá a sua representação ser reduzida ainda mais. Dos três, o destaque é ainda o PMDB que consegue eleger o maior número de vereadores no estado, 233 (30% do total de cadeiras disputadas), ou seja, é um aumento significativo 48 vereadores a mais que a última eleição.

Já os partidos com menor representação ilustram a fragmentação do sistema

partidário. Percebemos que outros partidos conseguem representação nas câmaras municipais nessas eleições: o PV consegue eleger seis vereadores; PGT e PMN elegem um vereador cada; PPS, PSC e PSD elegem os seus três primeiros vereadores cada e o PSB também elege seus primeiros cinco vereadores. Juntos, esses partidos possuem 2% das cadeiras

Vemos assim que o sistema partidário nessas eleições tem como principais partidos PMDB e PSDB, circundados pelos já mencionados partidos com representação menor. O desempenho de ambos partidos foi impulsionado pelas vitórias da Presidência da República e do Governo do Estado em 1998.

As mesmas constatações se aplicam aos cargos de deputados estaduais e federais e senadores. Conforme a Tabela 4, observamos que:

Tabela 4. Eleições para senadores, deputados estaduais e federais nos anos 1990

	1990			1994			1998		
	Sen.	Dep. Fed.	Dep. Est.	Sen.	Dep. Fed.	Dep. Est.	Sen.	Dep. Fed.	Dep. Est.
PTB	1	3	7		1	4		1	4
PFL		1	1		1	4		1	2
PMDB		1	3	1	3	5	1	1	4
PRN		1	1						
PST		2	5						
PDT			4		1	2			3
PSDB			2	1	1	2	2		7
PT			1			3	2		1
PPB							1		
PL						1			1
PP					1	3			
PPS									2
Total	1	8	24	2	8	24	1	8	24

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010).

A partir da análise dos dados acima, fica evidente a constatação de que o sistema partidário do estado caminha para a lógica multipartidária. O número de partidos representados com deputados federais passa a cinco, ao contrário dos três da eleição passada. Já na Assembleia Legislativa a fragmentação é maior, indo para oito partidos com representação na Casa, o que mostra a formação de uma competição multipartidária.

Como já havíamos dito, a Assembleia Legislativa do estado reflete mais o contexto de multipartidarismo. Nesse contexto, destaca-se novamente o PTB, elegendo sete deputados (29% do total de cadeiras). Ainda nessas eleições, são eleitos os futuros governadores do estado. O primeiro, Zeca do PT, é eleito com 4 217 votos. Essa é a primeira vez que o PT conquista uma cadeira no poder Legislativo estadual. O segundo, Andrea Puccineli, é reeleito pelo PSDB.

Outra figura que merece destaque nessas eleições é Humberto Teixeira, pelo PRN. O mesmo candidato lançou-se à prefeitura de Dourados, nas eleições de 1992 e saiu vitorioso, o que lembra a centralidade do poder Executivo para as elites políticas.

Aparecem ainda nessas eleições o PDT, conquistando quatro cadeiras, e o PSDB, que elege dois representantes. Ambos os partidos não possuíam representação nas casas. Cabe destacar que a fragmentação da casa trouxe resultados negativos para PMDB e PFL. Os dois partidos diminuíram as suas bancadas na Câmara Federal e na Assembléia do estado. A perda maior é do PMDB, saindo de 12 eleitos para três. Já o PFL passa a ter apenas um representante enquanto possuía cinco nas eleições passadas.

Diferente da distribuição das cadeiras para a Câmara Federal, a Assembléia Legislativa apresenta uma distribuição mais eqüitativa entre os partidos na casa, e a eleição de 1994 confirma isso. O PTB passa a ter apenas quatro eleitos, três a menos em relação à última eleição, e o PFL também alcança quatro deputados, ou seja, um aumento considerável, pois o partido havia eleito apenas um representante nas eleições anteriores.

O PDT sai de quatro para dois eleitos, embora o partido tenha conseguido eleger o seu primeiro Deputado Federal, vê suas bancadas reduzidas pela metade nesse pleito. O PSDB mantém sua bancada com dois eleitos. Com PT e PP com três, apenas o PL elege um representante. Novamente, fica o PMDB com a maioria da casa, cinco deputados eleitos.

O destaque é o PT que reelege o seu primeiro Deputado Estadual e passa a ter mais dois deputados eleitos, tendo no total três eleitos. Londres Machado é eleito mais uma vez, só que agora pelo PSDB. O que sugere a influência da Presidência da República nos parlamentares⁷.

Em 1998, destaca-se o desempenho do PSDB. O partido conquista a maioria na casa, elegendo sete deputados, enquanto na eleição passada havia eleito apenas dois deputados. O que é interessante é que a polarização PSDB-PT não se repete na casa, pois o PT elege apenas um Deputado Estadual nessas eleições, José Laerte Cecílio Tetila. O partido vê assim sua bancada reduzida de três para um.

É interessante notar que as bancadas do PSDB aumentam nessa eleição, o que sugere a influência do governo federal no estado. Prova dessa influência é que nomes como Londres Machado, ex-PFL, e Murilo Zauith, ex-PMDB (atual Prefeito de Dourados eleito pelo DEM, e hoje PSB) se elegem pelo partido.

Outros dados importante são as eleições de dois representantes do PPS, é a primeira vez que o partido conquista cadeiras na casa. Por outro lado, o PFL reduz pela metade a sua representação passando a ter dois eleitos. O PMDB tem uma pequena queda elegendo 4 deputados estaduais ao invés de 5. Já o PDT conquista três cadeiras, uma a mais em relação ao pleito passado. É interessante notar que o partido não elege nenhum Deputado Federal.

Os resultados da Assembléia Legislativa mostraram que a casa passou a ter representantes de mais um partido de centro, PSDB. E começou a ter partidos de centro-esquerda, PDT, PT, PPS e até mais partidos de direita, como PP e PL.

Vemos que em 1990, a maioria do Congresso ficou com o PTB (37% do total). O mesmo partido elege o governo do estado com Pedro Pedrossian, e já mostramos que as eleições de 1992 foram influenciadas pelo resultado da vitória do governo do estado.

É interessante notar também que o PRN elege um Deputado Federal, o que pode ser reflexo da vitória de Fernando Collor em 1989, na chamada eleição solteira. Outro fato que merece atenção é a vitória do PST, a legenda elege dois representantes (25% do total) e elege também o Senador Levy Dias. Nessas

eleições também se elege Nelson Trad (PTB), político importante que conta até com o filho como Prefeito da capital do estado.

Já em 1994, fica evidente a concentração de cadeiras em torno do PMDB, três. O partido havia eleito apenas um representante na eleição passada. Todos os outros partidos que elegem representantes possuem apenas um deputado cada. O destaque é também o declínio do PTB, que deixa a liderança da casa, elegendo apenas Nelson Trad.

O PFL mantém a representação de um deputado eleito. PDT e PSDB elegem os seus primeiros deputados federais. O PP também elege um deputado. A diferença da composição da casa fica na entrada de PDT, PSDB e PP, aumentando o número de partidos na casa de cinco para seis. O Senado ficou com Lúdio Coelho, do PSDB, e Ramez Tebet, do PMDB, ambos ex-arenistas.

Em 1998, a polarização nacional entre PSDB-PT aparece pela primeira vez no estado. No gráfico, fica evidente que PSDB e PT conquistaram duas cadeiras cada. É a primeira vez que o PT elege deputados federais, e o PSDB dobra a sua representação de um para dois eleitos. Os dois partidos passam a ser circundados por quatro partidos com representação de um deputado cada. É interessante ressaltar que a liderança dos dois partidos faz com que partidos como PMDB e PTB percam cadeiras importantes.

PTB, PFL e PMDB mantêm sua representação na casa, apesar de serem menores. Desaparece da casa o PDT, o partido não elege nenhum Deputado Federal. O Senado ficou com Juvêncio da Fonseca (PMDB). Assim, fica evidente que os assentos da câmara federal, passaram a ser ocupados por partidos de orientação mais a esquerda, com os parlamentares do PT e PDT. O mesmo fato acontece nos municípios e na Assembléia Legislativa.

A década de 2000: ao sabor da maré

O primeiro ponto que merece destaque a partir dos anos 2000 é a ascensão da centro-esquerda, tanto em nível federal, com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), quanto no caso de Mato Grosso do Sul, com Zeca do PT em 1998 e 2002. A eleição dos dois governos influenciará o sistema partidário do estado.

Os resultados das eleições da década de 2000 apresentam traços de continuidade e mudança. Aparentemente contraditório, vimos que as duas presenças, a presidência do PSDB, no cenário federal, e o governo do PT, no cenário estadual, influenciaram nos votos para os seus respectivos partidos. No caso do PSDB, o partido manteve o desempenho do último pleito, elegendo 23 prefeitos e 144 vereadores. Já o PT conseguiu aumentar a sua presença nos municípios, saindo de três para 11 prefeitos, quase o triplo de prefeituras, e de 25 para 85 vereadores, quase o quádruplo de vereadores a mais. Isso mostra o peso dos governadores para os resultados eleitorais. Conforme Melo, “No que se refere à relação entre as eleições estaduais e a s municipais, um rápido levantamento mostra que, nas disputas de 2000, 2004 e 2008, os partidos dos governadores eleitos respectivamente em 1998, 2002 e 2006 estiveram em primeiro lugar, no número de prefeituras eleitas, em 70% dos estados. Se acrescentarmos os casos em que o partido do governador ficou em segundo lugar, chegamos a 85% dos estados. No federalismo brasileiro, a conquista do governo estadual é decisiva para o desempenho nas eleições municipais” (MELO, 2010, p. 20).

Assim, percebe-se que os governadores têm um peso no desempenho eleito-

ral dos partidos nos municípios. Isso então não é um caso isolado no estado de Mato Grosso do Sul, mas algo recorrente em outros estados do país. Além dos resultados dos dois partidos, na Tabela 5, a seguir, visualizamos o desempenho dos outros partidos na década de 2000:

Tabela 5. Eleições para governos estaduais, prefeituras e vereadores na década de 2000

	2000		2002	2004		2006	2008		2010
	Pref.	Ver.	Gov.	Pref.	Ver.	Gov.	Pref.	Ver.	Gov.
PDT	9	101		17	110		9	94	
DEM	5	102		3	53		4	87	
PMDB	25	164		13	101	1	28	146	1
PP	1	31			20		1	28	
PPS	2	32			30		2	35	
PSDB	23	144		6	75		11	92	
PT	11	85	1	18	133		10	76	
PTB	1	55		9	70		3	29	
PGT		1							
PHS		1							
PL		25		11	94				
PMN		4			6			5	
PRP		1							
PSB		13			10		2	23	
PSD		14							
PST		10							
PV		4		1	8			7	
PCB									
PDC									
PRTB					1				
PTdoB					2			1	
PR							8	82	
PRB								8	
PSC					3			6	
PSL					1			1	
PTN								1	
PRONA					1				
PSDC					3				
Total	77	787	1	78	721	1	78	721	1

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010).

Em 2000, os mesmos partidos que conquistaram as maiorias nas câmaras municipais, repetem aqui a sua representação. Como podemos observar na tabela, o PMDB detém a maior representação (32%), seguido pelo PSDB (30%), que conquista a cidade de Corumbá. PFL e PTB têm as suas prefeituras diminuídas. A maior perda é do PTB, que passa a ter um prefeito (1%), enquanto o PFL passa a cinco prefeitos (7%), quase metade da sua representação se comparada ao pleito de 1996.

O destaque é a centro-esquerda, com o PPS, PDT e PT. O PDT passa a ter

nove prefeitos (12%), quatro a mais em relação à última eleição. O PT elege 11 prefeitos (14%), com destaque para a Prefeitura de Dourados. Por fim, o PPS elege também as suas duas primeiras prefeituras (3%).

Sobre 2004, a primeira observação é que o número de partidos com representação nas prefeituras é menor que o das câmaras municipais, como ocorreu nos outros anos. Destaca-se a vitória do PT, já apontada e comentada. No entanto, cabem outras observações. Sobre a vitória do PT é importante salientar que o partido venceu em cidades importantes como Corumbá e Dourados.

Mesmo com o PMDB tendo um desempenho inferior ao dos outros anos, o partido mantém as cidades de Três Lagoas e Campo Grande, capital do estado. Fica evidente também nesse gráfico, o declínio do PSDB, mostrando assim que o sistema partidário do estado é fortemente influenciado pelo contexto nacional.

É destaque nessas eleições o desempenho do PDT: o partido conquista um número razoável de prefeituras, 17, dividindo com o PT a liderança da centro-esquerda. Já o DEM, desce para três prefeituras, e o PTB, avança conquistando nove; o bom desempenho do PTB foi semelhante nas casas municipais.

Assim, fica evidente que houve uma alteração significativa no sistema partidário do estado. Perdem a liderança PTB (11% do total), PFL (4% do total) e PMDB (17% do total), assumindo PT (23% do total), PL (14% do total) e PDT (22% do total). Isso sugere um sistema partidário sujeito às influências da conjuntura nacional. Tal idéia será mais evidente com a análise dos pleitos de 2008 e 2006.

Em 2008, se nas câmaras municipais a divisão das cadeiras fica entre os 17 partidos, aqui nas prefeituras o PMDB consegue sozinho 28, ou seja, 36% do total. Fica atrás do partido o PDT, com nove prefeituras (11%), incluindo a de Dourados⁸. Já o DEM elege um prefeito a mais que a eleição passada e passa a ter quatro prefeitos (5%).

PP, PPS, PSB e PTB elegend, respectivamente, um, dois, dois e três prefeitos (11% do total) juntos. Entre os outros três partidos com as maiores representação temos o PT, com dez (13% do total). Interessante notar que o partido perde sete prefeituras, provando a influência do governo do estado como “puxador” os votos. Outro dado relevante é o desempenho do PSDB, que vence em 11 prefeituras (14%). O partido teve seu ápice quando o governo federal era dominado por Fernando Henrique Cardoso.

No ano 2000, do antigo tripé PMDB, PFL e PTB, surpreende o desempenho do PMDB. Mesmo com o cenário nacional tendo a presença do PSDB, e o estadual com o PT, o partido consegue eleger o maior número de vereadores, 164 (21%). Já o DEM tem um pequeno acréscimo de nove vereadores (13% do total). Diferente das outras duas pernas do tripé, o PTB vê a sua representação diminuir nessas eleições, perdendo mais 30 vereadores, o partido elege apenas 55 (7% do total).

Os resultados dos três partidos podem ser explicados novamente pela conjuntura nacional e regional. O PTB confirma o seu declínio com a ausência do seu líder. Já o PFL pode ter tido esse pequeno aumento em virtude de ser um dos principais partidos de sustentação do Governo FHC. E o desempenho do PMDB pode ser explicado pelo já mencionado número de vezes em que o partido governou o estado, e assim por uma maior institucionalização.

Nesse pleito, o sistema partidário apresenta os mesmo traços de fragmentação observados na década de 1990. Partidos como o PGT, PHS e PRP elegend

um vereador cada. PV e PMN elegem quatro cada. Embora com uma subrepresentação, PSB, PSD e PST elegem respectivamente 13, 14 e 10. O PL mantém a representação, elegendo 29. Além destes, o PP reduz seus vereadores para 31. O resultado eleitoral desses partidos dá sustentação para a tese de que o sistema partidário brasileiro é um dos mais fragmentados (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986; FLEISCHER. 2006). Juntos, todos esses partidos elegem 14% do total.

Resta ainda falar da centro-esquerda, o PDT e PPS. Os dois partidos tiveram um desempenho impressionante nessas eleições. O PDT praticamente dobra a sua presença no legislativo municipal, saindo de 51 para 101 (13%), e o PPS aumenta a sua representação, indo de dois para 30 (4%) vereadores eleitos.

Já no pleito de 2004, percebemos que o PT assume pela primeira vez a liderança nas casas municipais. Até aqui vimos que todos os presidentes e governadores influenciaram as eleições no estado e nesse ano não foi diferente. O PT deixa para trás até o PMDB, partido que vinha tendo sempre o melhor desempenho eleitoral. Não só o PT na centro-esquerda, mas PPS e PDT mantêm as suas representações nos municípios. O PPS elege 30 vereadores (4% do total) e o PDT atinge 110 eleitos (15% do total).

Já o tripé PTB, PFL e PMDB apresenta inovação. A primeira delas, o PTB que vinha perdendo cadeiras, conquista 70 nesse pleito (10% do total), o que pode ser explicado pela eleição para Deputado Federal de Nelson Trad, político antigo na competição eleitoral do estado. Já o DEM e o PMDB têm suas bancadas reduzidas. O DEM elege apenas 53 vereadores (7% do total), praticamente metade do número de eleitos no último pleito, e o PMDB elege 101 (14% do total), 63 vereadores a menos.

Mantém-se aqui a tese da fragmentação do sistema partidário do estado. Os resultados de PSL, Prona e PRTB, com um vereador cada, PSDC e PSC com três vereadores cada, PT do B com dois vereadores, PV com oito, PSB com dez e PMN com seis eleitos, ilustram a fragmentação do sistema partidário. Esses nove partidos juntos elegeram apenas 35 vereadores, ou seja, 3% da representação total.

Por fim, merece destaque o desempenho do PL, que passa de 11 para 94 vereadores eleitos (13% do total). Em sentido inverso, o PP e o PSDB têm suas bancadas reduzidas nessas eleições caindo, respectivamente, para 75 (10% do total) e 20 (3% do total), o que novamente mostra a força dos governadores e da conjuntura nacional.

As eleições de 2008 marcam a retomada da liderança do PMDB. O partido conquista o governo do estado em 2006 e vê suas bancadas serem aumentadas no pleito municipal. Na Tabela 5, vemos que o partido elegeu a maior bancada das câmaras municipais, 146 (20%). Há algumas alterações em torno do sistema partidário nessas eleições.

Assim como o PMDB, o DEM consegue nessas eleições retomar a sua representação nas casas e passa a ter 87 vereadores (12%). O PP também elege mais vereadores nessa eleição, 28 (4%). O PSDB consegue retomar algumas das cadeiras perdidas na última eleição e elege 92 vereadores (13%).

Quem sai derrotado dessas eleições é o PT. Sem a presença do governo do estado, contando somente com o governo Lula (PT), o partido vê sua bancada cair de 133 para 76 vereadores (11% do total). Já o PDT perde 16 vereadores e mantém a sua bancada em 94 vereadores (13% do total). Para o PTB, a sua

presença cai pela metade nas câmaras municipais, e o partido elege 29 vereadores (4% do total).

Outro partido que teve o desempenho diferente em relação à eleição passada é o PPS, que conquista mais cinco cadeiras nas casas (5% do total), o que pode ser explicado pela atuação de seu líder, Geraldo Resende. Surpreende ainda o desempenho do PR elegendo 82 vereadores (11%). O PSB também aumenta as sua representação para 23 eleitos (3% do total).

Já os partidos com menor representação nas casas, PSL e PTN elegem um vereador cada. PMN, cinco; PSC, seis; PV, sete e PRB, oito. Somando a representação dos seis partidos temos 28 cadeiras, ou seja, 4% das cadeiras do estado.

A década de 2000 tem o mesmo efeito para a representação no Congresso e na Assembleia Legislativa, como se pode observar na Tabela 6:

Tabela 6. Eleições para senadores, deputados estaduais e federais nos anos 2000

	2002			2006			2010		
	Sen.	Dep. Fed	Dep. Est	Sen.	Dep. Fed	Dep. Est	Sen.	Dep. Fed	Dep. Est
PDT			3	1	3				1
PFL-DEM		1	1		1		1		1
PMDB	1	2	2	2	7	1	3		6
PP				1					1
PPS		1	1	1					1
PSDB			4	1	2		1		3
PT	1	3	3	2	4	1	2		4
PTB		1	2		1				
PL			3		3				
PMN			1						
PSB					1				1
PSD			1						
PCB			1						
PDC			2						
PRTB					1				
PTdoB					1				2
PR							1		3
PSL									1
Total	2	8	24	1	8	24	2	8	24

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010).

A década de 2000, como se apontou, significou o avanço da esquerda tanto no cenário federal quanto no estadual. O PT vê suas bancadas aumentarem em 2002. No estado, consegue eleger o primeiro senador, o ex-peemedebista Delcídio do Amaral. O partido manteve as três cadeiras para o congresso nacional e conquistou mais três na Assembleia Legislativa.

A primeira observação que pode ser feita sobre os dados diz respeito ao desempenho do PTB. Nessa década, o partido reduz drasticamente a sua representação no legislativo estadual e perde a representação para a câmara federal a partir de 2002.

Observando a composição da Assembleia Legislativa, fica evidente que ao longo da década que a casa se fragmentou mais, indo para 12 partidos com representação no primeiro ano, dez em 2006 e 11 no último pleito.

Vemos aqui que novamente a Assembleia apresenta uma fragmentação maior do que a representação para a Câmara Federal. É interessante observar que uma série de partidos elegeu apenas um deputado, ficando as maiores bancadas com PDT, que mantém seus três representantes; PSDB, que sai de sete para quatro eleitos, e PT que triplica a sua bancada, indo para três eleitos. Também com três eleitos, o PL soma mais dois deputados para a sua bancada.

Já o PTB e PMDB passam de quatro para dois eleitos cada. Embora consiga eleger um Deputado Federal, o PPS só consegue eleger um Deputado Estadual nessas eleições.

Outro aspecto relevante é a presença de outros partidos como o PMN, PDC, PSD, PCB. É a primeira vez que estes partidos conquistam vagas na casa, sendo que todos elegem um deputado, salvo o PDC que elege dois.

Por último, cabe destacar que a polarização PSDB-PT aparece aqui. Enquanto na câmara federal apenas o PT havia conquistado três cadeiras, aqui quem lidera é o PSDB, elegendo quatro deputados.

Nas eleições de 2006, a representação na Assembleia ficou dominada pelo PMDB, com sete deputados, ou seja, 29 % da casa, cinco eleitos a mais que a eleição passada. Segue o PT, com quatro deputados, um a mais que a eleição passada. PL e PDT ficam com três cada, mantendo o desempenho do último pleito. Por último, fica o PSDB, com dois eleitos, ou seja, perdendo metade da sua bancada.

Todos os outros partidos conquistaram apenas uma cadeira cada. Merece destaque PRTB e PT do B, com um eleito cada. Junto com os partidos de um deputado está o PTB, que perde mais uma cadeira.

A última composição da casa ilustra a fragmentação do sistema partidário. Aqui se reproduz a liderança do PMDB, com seis representantes, um a menos em relação à eleição passada, sendo seguido pelo PT, com quatro deputados eleitos, o mesmo número da eleição anterior. Já PSDB e PR elegeram três cada, aquele somou mais um à sua bancada e este elege os seus primeiros representantes na casa.

Já o PSB e DEM mantêm-se com um eleito. O PPS e o PP voltam a ter um representante e o PT do B conquista duas vagas, aumentando o número de eleitos. O resto dos partidos elege um representante cada. Por último, PDT e PSL elegem um cada, sendo o primeiro eleito do PSL e o pior desempenho do PDT da década.

Observamos assim que novamente a casa apresenta uma composição mais heterogênea do que a câmara federal e que nesta década os partidos que haviam conquistado cadeiras na casa passam a deter um número maior de assentos, como é o caso do PT. Além disso, aparecem outros partidos, como PMN, PDC e PR.

Na Tabela 6, percebemos que o PT mantém a sua hegemonia e elege mais um Deputado Federal. Além disso, a polarização entre o partido e o PSDB desaparece para este cargo, pois o PSDB não elege nenhum representante.

No geral, percebemos que os mesmos partidos mantiveram a representação. Agora, DEM com um, PTB com um e um pequeno aumento de um eleito para o PMDB. As cadeiras do senado ficaram com Delcídio (PT) e Ramez Tebet (PMDB).

Essa é a primeira vez que o Senado fica com um petista.

Já em 2006, percebe-se com a Tabela 6 que PT e PMDB passam a dividir a representação para a casa. O PT diminui sua bancada para dois deputados, perdendo a maioria. Já o PMDB conquista dois deputados, mantendo o mesmo desempenho da eleição passada. Assim como o PMDB, o PPS mantém a sua bancada, ficando com um eleito.

Outro fato que merece destaque é a volta de PSDB, PDT e PP, cada um com um representante. Cabe também destacar que o DEM não elege nenhum representante nessas eleições. O Senado ficou com Marisa Serrano (PSDB), primeira senadora do estado.

Nas últimas eleições de 2010, o partido que sai vitorioso é o PMDB, seguido pelo PT. Como podemos observar na tabela, as outras legendas conquistaram uma cadeira cada. Vemos que o DEM volta a conquistar uma cadeira e o PR aparece pela primeira vez na casa. Já o PSDB mantém a sua representação anterior. Para o Senado foram eleitos o petista Delcídio e Waldemir Moka, pelo PMDB.

Assim, fica evidente que a competição para os cargos de Deputado Federal e Senador são menos fragmentadas que o que a Assembleia Legislativa. O Senado girou em torno do PTB, PMDB, PSDB e PT, que são os mesmos partidos que Melo (2006) apresentava como os detentores de parte considerável da representação do país. Assim, é possível falar que o Senado e a câmara federal possuem uma relativa estabilidade, pois a maior parte das cadeiras ficou com estes partidos.

Conclusões

O objetivo deste trabalho foi compreender o desempenho eleitoral dos partidos políticos no estado de Mato Grosso do Sul, do período da sua fundação até as últimas eleições de 2010. Buscamos destacar três aspectos na análise como o espectro ideológico dominante, a peculiaridade do estado e quais foram as tendências do desempenho dos partidos. Não quisemos esgotar o tema, mas algumas considerações podem ser tecidas sobre a pesquisa.

Primeiro, constatamos que o estado apresentava, no início da década de 1980, a lógica da competição bipartidária, tendo como representantes PMDB e PDS. Nisso não difere da experiência do país. O que chamou atenção nesse período foi o predomínio do PDS, partido que em algumas regiões possuía um desempenho eleitoral inferior ao do seu concorrente. Neves (1988) já destacava o predomínio do PDS.

Ficou demonstrado que o sistema bipartidário chega ao fim ainda na década de 1980, sendo substituído pelo multipartidarismo e tendo como principais partidos PTB, PFL e PMDB.

Dessa forma, podemos argumentar, como Fleischer (2006), que o final da década de 1990 é marcado por um “realinhamento” no sistema partidário do estado. É interessante notar que do ponto de vista do espectro ideológico, a década é marcada pela predominância de partidos de centro (PMDB), centro-direita (PTB) e direita (PFL). Assim, em termos de relativa estabilidade (MELO, 2006; 2010), o sistema partidário do estado acaba essa década tendo três partidos conquistado mais de 90% das cadeiras no Congresso e Assembleia Legislativa e mais de 70% nos municípios – o que indica uma relativa estabilidade.

Se continuarmos utilizando a idéia de relativa estabilidade, pode-se argumentar que o Estado de Mato Grosso do Sul desenvolveu uma competição eleitoral nos moldes da proposta de Melo (2006) durante as décadas de 1990 e 2000. Os partidos que o autor destaca, DEM, PT, PMDB, PSDB, PDT, PP e PTB mantiveram, juntos, sempre mais de 70% da representação nos municípios. O que é relevante nesse dado é que mesmo com mais de dez partidos com representação nos municípios, esses partidos conquistaram um número pouco expressivo em termos de cadeiras.

Já do ponto de vista do espectro ideológico, observa-se a predominância dos partidos de centro (PMDB e PSDB), e centro-direita (PTB, PFL e PL). Ao longo das três décadas, o estado teve mais governadores de centro, com o PMDB, um de centro-direita, PTB, e dois governos de centro-esquerda, PT. A rigor, os partidos de centro-esquerda só ganharam destaque a partir da década de 2000, o que é influência da conquista do governo do estado com Zeca do PT, em 1998, e da eleição de Lula, em 2002.

O que ficou demonstrado é a influência que os governos do estado e federal exercem sobre o desempenho eleitoral dos partidos. Primeiro, até o efêmero PRN conseguiu eleger um Prefeito, um Deputado Estadual e vereadores por influência da vitória do partido em nível federal, com o presidente Fernando Collor. Depois, ficou apontado como o Governador Pedro Pedrossian (PTB) influenciou os votos para a sua legenda nas eleições municipais de 1992. Mas parece predominar a influência do Governador, pois o PMDB, nunca elegeu um Presidente e mesmo assim conquistou a maior parcela da representação municipal o que é reflexo das suas conquistas no governo do estado.

A partir década de 1990, a maior constatação foi em torno do aumento da fragmentação do sistema partidário do estado, o que é semelhante ao que ocorria no país (FLEISCHER, 2006; BOHN & PAIVA, 2009). Nos primeiros anos, ficou evidenciada a força que os políticos apresentados no segundo capítulo ainda possuíam na política estadual. Pedro Pedrossian (PTB) e Wilson Barbosa Martins (PMDB) elegeram-se novamente. A presença das lideranças serviu como influência para os votos dos seus respectivos partidos. Isso mostra a peculiaridade do estado, pois, como vimos, o PMDB saiu da década de 1980 desgastado em nível federal e passou a ver suas bancadas caírem, o que não ocorreu aqui no Mato Grosso do Sul, tendo o partido eleito um Governador em 1990, parte considerável das representações municipais, voltando na década de 2000 elegendo e reelegendo um Governador.

Portanto, a partir do presente trabalho foi possível entender e apontar o desempenho eleitoral dos partidos políticos no estado. Sem com isso esgotar o tema, pensamos que a pesquisa cumpriu o seu objetivo de descrever o desempenho eleitoral dos partidos políticos, e delinear suas possíveis causas.

Notas

1. “Além de originário dos grandes proprietários rurais, estudioso do gado zebu e da história de Mato Grosso, foi um intelectual que bem representou a sua classe na causa divisionista” (BITTAR, 2009, p.63-64).
2. Cabe ainda lembrar que Pedro Pedrossian era uma figura desconhecida no meio político. Bittar (2009) lembra que Filinto Muller teria dito sobre Pedro Pedrossian, “quem é esse moço?”.

3. Silva e Oliveira (2006) argumentam que Plínio Barbosa Martins não concorre ao cargo de Governador por motivos pessoais. Abandonando a disputa, Plínio teria pedido para o irmão, Wilson Barbosa Martins, assumir seu lugar.
4. É importante destacar que não foram em todos os municípios que ocorreram eleições em 1982. Cidades importantes, como a capital, Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas não elegeram prefeitos, pois as eleições não foram realizadas nas chamadas Áreas de Segurança Nacional.
5. Este autor argumenta que até a década de 1990 o PMDB era o partido com o maior desempenho eleitoral, o que corrobora com os resultados deste trabalho.
6. Vale destacar que o PT quase ganhou a capital do estado nessas eleições. A disputa foi para o segundo turno, saindo o vitorioso o candidato peemedebista André Puccineli, com apenas 411 votos de diferença. A eleição foi marcada por acusações de compra de votos por parte do candidato eleito.
7. Lepre (2000) realizou uma análise da migração partidária no Paraná, o que seria um estudo interessante para ser feito no estado. Embora não seja o foco do trabalho, um estudo sobre as migrações partidárias no estado poderia revelar dados interessantes sobre o sistema partidário.
8. O PDT venceu em 2008 a prefeitura de Dourados. Mas em 2011, ocorreram outras eleições no município em virtude da cassação do Prefeito. Sendo que as eleições suplementares foram vencidas por uma coligação liderada pelo DEM.

Referências

- BITTAR, M. 1997. *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS.
- _____. 2009. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossense*. Campo Grande: UFMS.
- BOHN, R.S. & PAIVA, D. 2009. A volatilidade eleitoral nos estados. *Sistema Partidário e democracia no Brasil. Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 187-208.
- CERVI, E. U. & CODATO, A. 2006. Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. In: CODATO, A. & SANTOS, F. (orgs.). *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- CORRÊA, V. B. 1995. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS.
- DUVERGER, M. 1980. *Os partidos políticos*. 2ª ed. Brasília: UNB.
- FLEISCHER, D. 2007. Os partidos políticos. In: AVELAR, L. & CINTRA, A. O. (orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: UNESP.
- LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. 1986. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- LEAL, V. N. 1997. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LEPRE, M. S. 2000. *Caos partidário paranaense*. Londrina: UEL.
- MAIR, P. 1994. Party Organizations: From Civil Society to the State. In: MAIR, P. & KATZ, R. S. (eds.). *How Parties Organize Change and Adaption in Party Organizations in Western Democracies*. London: SAGE.
- MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R. & POWER, T. 2000. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra.
- MAINWARING, S. & TORCAL, M. 2005. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 249-286.
- MELO, C. R. 2006. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, G. A. & RENNÓ, L. (orgs.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- MENEGUELLO, R. 1998. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra.
- MENEGUELLO, R.; POWER, T. & MAINWARING, S. P. 2000. *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra.
- NEVES, M. M. 1988. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- SARTORI, G. 1982. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: UNB.
- SILVA, E. B. & OLIVEIRA, T. C. M. 2006. *Do MDB ao PMDB: 40 anos de história*. Campo Grande: Fundação Ulysses Guimarães.

Outras fontes

- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 2010. Dados referentes ao número de partidos no Brasil. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>. Acesso em: 5.maio.2010.